A Influência do Programa de Iniciação à Docência (PID) do IFMT – Campus Cuiabá na Construção da Visão Crítica

Jhoanna del Carmen Salazar Arreaza,
Gabrielly Beleza Dos Santos
Professor Ronilson Balbuena

Estudante do Curso de Pedagogia – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Cuiabá – MT, Brasil. E-mail: Jhoasalazar.delc@estudante.ifmt.edu.br Estudante do Curso de Pedagogia – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Cuiabá – MT, Brasil. E-mail: Gabrielli@estudante.ifmt.edu.br Professor do IFMT – Coautor/Orientador. E-mail: ronilson.balbuena@ifmt.edu.br

Introdução

A formação inicial de professores no Brasil tem sido historicamente marcada por desafios relacionados à articulação entre teoria e prática, bem como à compreensão crítica das políticas públicas que orientam o sistema educacional. Nesse contexto, programas institucionais voltados à iniciação à docência assumem papel fundamental ao possibilitar que os licenciandos vivenciarem, ainda durante a graduação, a realidade das escolas públicas e os efeitos concretos das políticas educacionais.. Durante muito tempo, os cursos de licenciatura concentraram-se no domínio de conteúdos específicos e de metodologias de ensino, deixando em segundo plano a análise das condições concretas em que o processo educativo ocorre e das políticas públicas que o estruturam. Nesse cenário, torna-se fundamental a implementação de programas que promovam a articulação entre teoria, prática e reflexão crítica.

O Programa de Iniciação à Docência (PID) do IFMT insere-se nessa perspectiva ao promover a aproximação entre os cursos de licenciatura e a educação básica, contribuindo para a construção de saberes pedagógicos, profissionais e políticos. Ao atuar em escolas públicas, os estudantes são instigados a refletir sobre questões como financiamento da educação, currículo, inclusão, gestão escolar e valorização docente, elementos diretamente relacionados às políticas públicas educacionais.

Assim, este relatório busca discutir de que forma o PID do IFMT – Campus Cuiabá contribui para o desenvolvimento de uma visão crítica sobre as políticas públicas, entendendo o professor como um sujeito histórico, social e político, capaz de analisar, questionar e intervir na realidade educacional.

O PID não se limita à inserção prática do futuro professor no espaço escolar, mas propõe uma formação reflexiva que possibilita a análise crítica das políticas públicas educacionais e de seus efeitos na organização do ensino. Dessa forma, o programa contribui para a formação de professores capazes de compreender a educação como um fenômeno social e político, desenvolvendo uma postura crítica frente às diretrizes e reformas educacionais. Assim, este relatório analítico busca examinar de que forma o PID contribui para a construção de uma visão crítica sobre as políticas públicas, considerando a vivência nas escolas, as atividades formativas do programa e os referenciais teóricos da educação crítica. E educação inclusiva constitui um dos principais paradigmas educacionais contemporâneos e representa uma mudança significativa na forma de compreender o ensino e a aprendizagem. Diferentemente do modelo tradicional, baseado na homogeneização dos estudantes, a perspectiva inclusiva considera a diversidade como característica inerente ao ambiente escolar. Assim, a escola deixa de selecionar quem pode aprender e passa a organizar-se para que todos aprendam.

No Brasil, a inclusão escolar fortaleceu-se a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito universal à educação. Contudo, a efetivação desse direito depende da formação docente, da organização pedagógica e da compreensão teórica sobre o conceito de inclusão.

Maria Teresa Eglér Mantoan afirma que a inclusão escolar exige uma ruptura com o modelo tradicional de ensino. Para a autora, não existe aluno padrão, e a escola deve adaptar-se à diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem. A inclusão não significa apenas presença física do estudante, mas participação ativa no processo educativo. Dessa forma, ensinar implica planejar estratégias diferenciadas e reconhecer a heterogeneidade da turma.

Romeu Kazumi Sassaki conceitua inclusão como processo social no qual a sociedade modifica suas estruturas para acolher todas as pessoas. O autor destaca que a deficiência não é o principal problema, mas as barreiras impostas pelo meio social e educacional. Assim, a escola inclusiva precisa eliminar barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais.

Paulo Freire contribui para a educação inclusiva ao defender a educação dialógica. Segundo o autor, ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e reconhecimento da dignidade humana. A aprendizagem ocorre por meio da interação e da problematização da realidade, favorecendo a participação de todos os estudantes.

Booth e Ainscow propõem três dimensões da inclusão: culturas, políticas e práticas inclusivas. A cultura refere-se à valorização da diversidade; as políticas envolvem organização institucional; e as práticas correspondem às metodologias pedagógicas adotadas em sala de aula.

Marconi e Lakatos definem o método científico como um conjunto de procedimentos racionais utilizados para alcançar conhecimento válido. No estudo da visão crítica e a educação inclusiva, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa e bibliográfica, pois busca compreender significados e interpretações presentes nas produções acadêmicas.

As etapas metodológicas incluem levantamento de fontes, leitura exploratória, leitura seletiva, fichamento e análise interpretativa. Esse processo permite organizar conceitos, comparar ideias e construir síntese teórica coerente.

Aplicando esse método ao tema da inclusão, o pesquisador identifica autores centrais, analisa convergências conceituais e interpreta como suas teorias contribuem para a prática docente. A abordagem qualitativa possibilita compreender a inclusão como fenômeno social e pedagógico, não apenas estatístico.

Objetivos

- Analisar a influência do Programa de Iniciação à Docência (PID) do IFMT – Campus Cuiabá na construção da visão crítica dos licenciandos
- Compreender o papel do PID na formação inicial de professores;
- Relacionar as atividades formativas do PID com referenciais teóricos da educação Inclusiva

A visão crítica sobre políticas públicas constitui um elemento fundamental para a compreensão das ações do Estado e de seus impactos na organização da sociedade. Diferentemente de uma perspectiva meramente normativa ou administrativa, a análise crítica busca compreender as políticas públicas como construções históricas, sociais e políticas, marcadas por interesses, disputas de poder e contradições próprias do contexto em que são formuladas e implementadas.

Do ponto de vista crítico, as políticas públicas não podem ser entendidas apenas como respostas técnicas a problemas sociais, mas como expressões de projetos de sociedade. Conforme destaca Souza (2006), as políticas públicas resultam de processos decisórios complexos, influenciados por fatores econômicos, ideológicos e institucionais. Assim, a visão crítica questiona quem define as políticas, a quem elas beneficiam e quais grupos sociais são excluídos ou marginalizados por essas decisões.

No campo educacional, essa perspectiva torna-se ainda mais relevante, pois a educação está diretamente relacionada à formação de sujeitos e à reprodução ou transformação das estruturas sociais. Saviani (2008) afirma que a educação não é neutra, estando condicionada pelas relações sociais vigentes. Dessa forma, uma análise crítica das políticas educacionais permite compreender como determinadas diretrizes podem reforçar desigualdades sociais ou, ao contrário, contribuir para a democratização do acesso ao conhecimento.

A visão crítica sobre políticas públicas também enfatiza a distância existente entre a formulação das políticas e sua implementação. Muitas vezes, as políticas são elaboradas em nível central, sem considerar as especificidades dos contextos locais. Essa desconexão pode resultar em ações ineficazes ou inadequadas às realidades sociais. A análise crítica, portanto, busca evidenciar as contradições entre o discurso oficial e a prática cotidiana, especialmente nos serviços públicos como saúde e educação.

Outro aspecto central da perspectiva crítica é o reconhecimento do papel dos sujeitos sociais na construção e no acompanhamento das políticas públicas. Freire (1996) defende a importância da participação consciente e crítica da população nos processos sociais, ressaltando que a cidadania se constrói por meio do diálogo e da ação coletiva. Nesse sentido, a visão crítica valoriza a participação social, o controle democrático e a atuação dos profissionais como agentes capazes de questionar, propor e transformar as políticas existentes.

Além disso, a análise crítica das políticas públicas destaca os limites impostos por fatores estruturais, como o financiamento insuficiente, a lógica neoliberal e a mercantilização dos serviços públicos. Essas condições influenciam diretamente a efetividade das políticas e revelam que muitas iniciativas, embora apresentadas como soluções, acabam por transferir responsabilidades do Estado para a sociedade ou para o mercado. A visão crítica, portanto, não se limita à avaliação dos resultados, mas investiga as bases ideológicas que sustentam as políticas públicas.

Por fim, desenvolver uma visão crítica sobre políticas públicas implica formar sujeitos capazes de analisar a realidade de forma reflexiva e comprometida com a justiça social. No contexto da formação profissional, especialmente na educação, essa

perspectiva contribui para a atuação ética e politicamente consciente, fortalecendo o compromisso com a defesa dos direitos sociais e com a construção de políticas públicas.

O Pid na Visão Crítica

O PID do IFMT tem como um de seus princípios centrais a formação de professores comprometidos com a realidade social e educacional em que atuam. Ao inserir os licenciandos no cotidiano das escolas públicas, o programa possibilita a observação direta dos impactos das políticas públicas educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o financiamento da educação, os programas de avaliação externa e as políticas de inclusão.

Segundo Freire (1996), a educação deve ser uma prática da liberdade, na qual o sujeito desenvolve a capacidade de ler criticamente o mundo. Nesse sentido, o PID contribui para que os futuros professores ultrapassam,uma visão ingênua das políticas educacionais, compreendendo-as como construções históricas e políticas que refletem interesses, disputas e contradições da sociedade.

Saviani (2008) destaca que a educação está intrinsecamente relacionada às condições sociais e econômicas, sendo impossível analisá-la de forma isolada. A experiência proporcionada pelo PID permite que os licenciandos percebam essa relação na prática, ao vivenciarem as limitações estruturais das escolas e os desafios enfrentados pelos profissionais da educação.

As atividades desenvolvidas no âmbito do PID são fundamentais para o estímulo à reflexão crítica. Dentre elas, destacam-se:

- Observação e participação em atividades pedagógicas nas escolas públicas;
- Planejamento e execução de práticas educativas inclusivas.
- Reuniões de estudo e formação teórica com professores orientadores;
- Participação em seminários, jornadas acadêmicas e eventos científicos;
- Elaboração de relatórios reflexivos sobre as experiências vivenciadas.

Libâneo (2013) ressalta que a prática pedagógica deve ser constantemente analisada à luz da teoria, de modo a possibilitar a compreensão crítica da realidade escolar. As atividades do PID, ao articularem estudo teórico e prática docente, favorecem esse movimento reflexivo, permitindo que os licenciandos analisem de forma crítica não apenas como textos normativos, mas como práticas concretas que afetam o processo de ensino-aprendizagem.

Entre as principais contribuições do PID para a formação de uma visão crítica sobre políticas públicas, destacam-se:

- Desenvolvimento da consciência política do futuro professor;
- Formação de uma postura investigativa e reflexiva sobre a prática docente;
- Valorização do papel social do professor como agente de transformação;

Para Freire (2001), o educador deve assumir uma postura ética e política diante da realidade, posicionando-se criticamente frente às injustiças sociais. O PID contribui para essa formação ao possibilitar que o licenciando vivencie e reflita sobre as desigualdades presentes no sistema educacional.

Apesar de suas contribuições, o PID enfrenta desafios e limitações no que se refere à avaliação de seu impacto na formação crítica dos licenciandos. Entre eles, destacam-se:

- Ausência de instrumentos sistemáticos de avaliação qualitativa de longo prazo;
- Tempo limitado de participação dos estudantes no programa;
- Diferenças nas condições estruturais das escolas parceiras;

  .

Esses desafios indicam a importância de ampliar estudos e pesquisas que avaliem de forma mais aprofundada os efeitos do PID na formação política e crítica dos futuros docentes.

Considerações Finais

O Programa de Iniciação à Docência (PID) do IFMT – Campus Cuiabá configura-se como uma importante política institucional de formação inicial docente, contribuindo significativamente para a construção de uma visão crítica e a educação inclusiva. Ao articular teoria e prática, o programa possibilita que os licenciandos compreendam a educação como um fenômeno social, político e histórico.

Embora existam desafios a serem superados, o PID demonstra potencial para formar professores críticos, reflexivos e comprometidos com a transformação da realidade educacional. Dessa forma, reafirma-se a importância da continuidade e do fortalecimento de programas dessa natureza no âmbito da educação superior Conclui-se que a educação inclusiva representa compromisso ético e pedagógico com a equidade educacional. O método científico de Marconi e Lakatos possibilita análise organizada das contribuições teóricas, permitindo compreender a inclusão como processo complexo que envolve sociedade, escola e professor.

Assim, a formação docente deve integrar fundamentos teóricos e reflexão crítica, preparando educadores para atuação em contextos diversos e democráticos.Conclui-se que a educação inclusiva representa compromisso ético e pedagógico com a equidade educacional. O método científico de Marconi e Lakatos possibilita análise organizada das contribuições teóricas, permitindo compreender a inclusão como processo complexo que envolve sociedade, escola e professor.

Assim, a formação docente deve integrar fundamentos teóricos e reflexão crítica, preparando educadores para atuação em contextos diversos e democráticos.

O presente artigo tem como objetivo analisar a influência do Programa de Iniciação à Docência (PID) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Campus Cuiabá, na formação de uma visão crítica dos licenciandos acerca das políticas públicas educacionais. O PID configura-se como uma importante estratégia de fortalecimento da formação inicial docente, ao articular teoria e prática por meio da inserção dos estudantes em contextos reais da educação básica. A partir dessa vivência, os futuros professores passam a compreender de forma mais

concreta os impactos das políticas educacionais no cotidiano escolar, desenvolvendo uma postura reflexiva e crítica diante das diretrizes, programas e reformas educacionais. O relatório fundamenta-se em referenciais teóricos da educação crítica, com destaque para autores como Paulo Freire, Dermeval Saviani e José Carlos Libâneo, e busca evidenciar como as atividades formativas do PID contribuem para a análise consciente e contextualizada das políticas públicas.

Palavras-chave: Formação docente. Educação inclusiva. Iniciação à docência. Visão crítica. IFMT.

REFERÊNCIAS

BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index for Inclusion. 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 201

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão Escolar. 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. 1997

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO. Regulamentos e editais do Programa de Iniciação à Docência (PID).